FUNDAÇÃO PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE UBÁ
FACULDADE DE DIREITO
2015

**RISCO DE VIOLAÇÃO AO PRÍNCÍPIO DA FUNÇÃO SÓCIO AMBIENTAL DA
PROPRIEDADE, EM DECORRÊNCIA DO ARTIGO 2º DO DECRETO Nº 6.660/2008.**

Edmar Miranda Almeida - edmar87miranda@gmail.com

Zelia Teixeira Laud Filha - zelialaud@gmail.com

Leonardo Sorbliny Schuchter – Leonardo.schuchter@yohoo.com.br

RESUMO

O presente artigo tem por tema “O risco de violação ao princípio da função sócio ambiental da propriedade, em decorrência ao artigo 2º do decreto nº 6660/2008”. Tal escolha motiva-se pelo fato de uma possível violação aos direitos do pequeno produtor rural e posseiro, pois quando este vem utilizar de um direito disponível, em poder fazer uso da madeira tanto para fins de lenha, ou benfeitorias na propriedade, passa a ser vítima de sua própria conduta legal, podendo ser penalizado por uma responsabilidade indevida. Neste aparato, a problemática proposta ao artigo pode ser representada pela seguinte pergunta: “O porquê do possível risco a violação do princípio da função sócio ambiental da propriedade, em decorrência da aplicação do artigo 2º do decreto 6.660/2008?” Traça-se assim, por objeto investigar porque há possibilidade de ocorre o risco de violação ao princípio da função sócio ambiental da propriedade, em decorrência da aplicação do artigo 2º do decreto 6.660/2008. Para tanto, utilizar-se-á como metodologia a pesquisa qualitativa, sobre o procedimento bibliográfico e pesquisa de campo.

Palavras-chave: Função socioambiental; Direito a ação de legalidade; Propriedade Rural; Insegurança jurídica.

ABSTRACT

This article has the theme "The risk of violation of the principle of environmental social function of property, due to Article 2 of Decree No. 6660/2008". Such a choice motivated by the fact of a possible violation of the rights of small farmers and squatters, because when it comes to use of an available law, to be able to make use of wood both for firewood purposes or improvements on the property, becomes victim of its own legal conduct, and may be penalized for undue responsibility. In this apparatus, the problem proposal to the article can be represented by the following question: "The possible risk why the violation of the principle of environmental social function of property, due to the application of Article 2 of Decree 6,660 / 2008?" Moth is thus by object investigate because there is possibility of the risk of violating the principle of environmental social function of property, due to the application of Article 2 of Decree 6,660 / 2008. For this purpose it will be used as a methodology to qualitative e research on the procedure bibliographic and field research.

Key-words: Environmental function; Right to legal action; Rural property; Legal uncertainty.

INTRODUÇÃO

De acordo com o princípio da função sócio ambiental da propriedade deve-se buscar, no caso das propriedades rurais, uma utilização que promova concomitantemente o desenvolvimento de atividades produtivas, com o aproveitamento racional e adequado, em consonância com as normas ambientais (art. 186 da Constituição Federal de 1988).

Neste sentido, para as propriedades rurais inseridas no Bioma da Mata Atlântica, a Lei Federal nº 11.428/2006, que dispõe sobre a preservação e utilização deste Bioma, permite ao empreendedor/proprietário, em algumas situações, poder fazer uso de seus recursos naturais independentemente de autorização ambiental, conforme foi regulamentado pelo Decreto 6.660/2008 em seu artigo 2º.

No entanto, a aplicação deste dispositivo não é tão simples na prática.

Portanto, o presente artigo tem por tema “O risco de violação ao princípio da função sócio ambiental da propriedade, em decorrência do artigo 2º do Decreto 6.660/2008”.

Assim, a problemática que se propõe, pode ser representada pela seguinte pergunta. “O porquê do possível risco de violação ao princípio da função sócio ambiental da propriedade, em decorrência da aplicação do artigo 2º do Decreto 6.660/2008?”

Para tanto, a fim de responder a este questionamento, este trabalho tem como objetivo investigar de forma mais profunda a aplicação da norma.

Chega-se assim à seguinte hipótese, onde portanto percebendo-se a insegurança jurídica na aplicação da norma, que surge principalmente quando da realização de atividades de fiscalização, propõe-se a criação de um cadastro anual, que deverá ser preenchido pelo pequeno produtor rural ou posseiro, para possibilitar o uso do recurso natural advindo do Bioma Mata Atlântica.

Justifica-se a abordagem do tema, pela necessidade de estabelecer um mecanismo que possibilite garantir os direitos do proprietário, no cumprimento da função social da propriedade.

Utilizar-se-á em amparo ao artigo o método qualitativo, sobre o procedimento bibliográfico e pesquisa de campo.

Num primeiro momento abordar-se-ão questões constitucionais, quanto à proteção ambiental na CF/88, gestão das florestas e a política nacional do meio ambiente, para num segundo momento tecermos comentários sobre a Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/2006) e o Decreto Federal (6.660/2008), em amparo ao direito do proprietário, no que se refere ao acesso ao recurso ambiental, para após discutirmos a insegurança jurídica gerada a partir da

aplicação da norma, o risco de uma responsabilização administrativa ambiental e possível risco de violação aos direitos do proprietário rural.

1. PROTEÇÃO AMBIENTAL NA CF/88: GESTÃO DAS FLORESTAS.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com intuito de garantir a proteção ambiental, previu que a gestão/proteção das florestas é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme dispõe o artigo 23, VII da CF/88, assim como fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar (artigo 23, VIII da CF/88).

No entanto, para garantir a proteção ambiental, compete a União, Estados e ao Distrito Federal, legislar concorrentemente, a respeito de proteção das florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição, é o que determina o artigo 24, VI da CF/88, cabendo ainda legislar acerca da responsabilidade por dano causado ao meio ambiente, entendimento que expressa, o artigo 24, VIII da CF/88.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 225 §4º, também estabeleceu que o Bioma Mata Atlântica é um patrimônio nacional, porém quando preenchidos os requisitos previstos em lei ambiental específica, seus recursos naturais poderão ser utilizados, é o que dispõe:

§4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

Além disso, a Constituição da República Federativa do Brasil, determina em seu artigo 170, III como princípio geral da ordem econômica, a necessidade de o proprietário inserir em sua propriedade uma atividade, de forma a cumprir com o requisito da função social, fazendo com que a economia possa circular, assim gerando o desenvolvimento.

Mas é importante destacar, porém, que quando o empreendedor/proprietário vem a cumprir com função social na propriedade, esta função deve ser inserida em equilíbrio com a proteção ambiental, pois é a partir deste momento, que será garantido ao meio ambiente uma adequada proteção, entendimento consagrado no artigo 186, II da CF/88.

1.1 Política Nacional do Meio Ambiente.

A Política Nacional do Meio Ambiente visa garantir uma qualidade ambiental propícia a vida, assegurando também o desenvolvimento socioeconômico, é o que menciona o artigo 2º da Lei 6.938/1981.

Traça-se por objetivo então, ficando a cargo da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ter que adotar políticas públicas visando uma compatibilização do desenvolvimento econômico social com a preservação do meio ambiente e do equilíbrio ecológico, estabelecendo assim normas relativas ao uso e manejo dos recursos ambientais, garantindo sua preservação e restauração, concorrendo para uma manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida.

Portanto, com base na política nacional do meio ambiente e reafirmando seus fundamentos, a Lei Federal 12.651/2012 (conhecida como Código Florestal), em seu artigo 1º-A parágrafo único, incisos I, II, III, IV e V, assim estabelece os princípios da política florestal, dispondo:

- I- Afirmação do compromisso soberano do Brasil com a preservação das suas florestas e demais formas de vegetação nativa, bem como a biodiversidade, do solo, dos recursos hídricos e da integridade do sistema climático, para o bem estar das gerações presentes e futuras;
- II- Reafirmação da importância da função estratégica da atividade agropecuária e do papel das florestas e demais formas de vegetação nativa na sustentabilidade, no crescimento econômico, na melhoria da qualidade de vida da população Brasileira e na presença do País nos mercados nacional e internacional de alimentos e bioenergia;**
- III- Ação governamental de proteção e uso sustentável de florestas, consagrando o compromisso do País com a compatibilização e harmonização entre o uso produtivo da terra e a preservação da água, do solo e da vegetação;**
- IV- Responsabilidade comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em colaboração com a sociedade civil, na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa e de suas funções ecológicas e sociais nas áreas urbanas e rurais;
- V- Fomento à pesquisa científica e tecnológica na busca da inovação para o uso sustentável do solo e da água, a recuperação e a preservação das florestas e demais formas de vegetação nativa;
- VI- Criação e mobilização de incentivos econômicos para fomentar a preservação e a recuperação da vegetação nativa e para promover o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis. (grifo meu).

Assim sendo, fica caracterizado então, que o Brasil sendo um País soberano, deverá adotar políticas públicas para proteger a exploração florestal e suprimento de matéria-prima florestal.

Por fim, é possível afirmar então, que a política florestal, prevê o desenvolvimento sustentável, sobre as atividades agropecuárias, podendo então utilizar-se da vegetação nativa para crescer economicamente, mas de forma sustentável e dentro dos limites legais, sendo competência do País adotar políticas de proteção e uso sustentável das florestas, para que haja uma harmonização entre o uso produtivo da terra.

2. LEI DA MATA ATLÂNTICA (LEI 11.428/06) E DECRETO FEDERAL (6.660/08).

2.1 Recurso Ambiental, um Direito do Empreendedor.

A Lei 11.428/2006 regulamenta o Bioma Mata Atlântica, patrimônio nacional do meio ambiente, em sua conservação, proteção e regeneração, possibilitando assim a utilização de seus recursos ambientais sobre a vegetação primária e secundária, em estágio de regeneração inicial, médio e avançado.

Neste sentido a intervenção na vegetação primária e secundária em estágio avançado de regeneração poderá somente ser autorizada em caso de utilidade pública, já a vegetação secundária em estágio médio de regeneração, poderá ser autorizada em casos de utilidade pública, interesse social e ao exercício de atividades, nos usos agrícolas, pecuários ou silviculturais, para os pequenos produtores rurais e populações tradicionais.

O artigo 6º e o parágrafo único, da Lei 11.428/2006, dispõem que:

Art. 6.º A proteção e utilização do Bioma Mata Atlântica tem por objetivo geral o desenvolvimento sustentável e, por objetivos específicos, a salvaguarda da biodiversidade, da saúde humana, dos valores paisagísticos, estéticos, do regime hídrico e da estabilidade social.

Parágrafo Único. Na proteção e na utilização do Bioma Mata Atlântica, serão observados os princípios da função socioambiental da propriedade, da equidade intergeracional, da prevenção, da precaução, do usuário-pagador, da transparência das informações e atos, da gestão democrática, da celeridade procedimental, da gratuidade dos serviços administrativos prestados ao pequeno produtor rural e às populações tradicionais e do respeito ao direito de propriedade.

Assim sendo, será permitido então que o produtor rural ou posseiro, faça uso do seu direito previsto no artigo 9º da mesma Lei, que assim dispõe:

Art.9º. A exploração eventual, sem propósito comercial direto ou indireto, de espécies da flora nativa, para consumo nas propriedades ou posses das populações tradicionais ou de pequenos produtores rurais, independe de autorização dos órgãos competentes, conforme regulamento.

Paragrafo Único. Os órgãos competentes, sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, deverão assistir as populações tradicionais e os pequenos produtores no manejo e exploração sustentáveis das espécies da flora nativa.

Esse mesmo artigo passou a ser regulamentado no artigo 2º do Decreto Federal 6.660/2008, que dispõe:

Art.2º. A exploração eventual, sem proposito comercial direto ou indireto, de espécies da flora nativa provenientes de formações naturais, para consumo nas propriedades rurais, posses das populações tradicionais ou de pequenos produtores rurais, de que trata o art. 9º da lei nº 11.428/2006, independe de autorização dos órgãos competentes.

§1º. Considera-se exploração eventual sem proposito comercial direto ou indireto:

I- Quando se tratar de lenha para uso doméstico.

a) A retirada não superior a quinze metros cúbicos por ano por propriedade ou posse, e

b) A exploração preferencial de espécies pioneiras definidas de acordo com o §2º do art.35

II- Quando se tratar de madeira para construção de benfeitorias e utensílios na posse ou propriedade rural:

a) A retirada não superior a vinte metros cúbicos por propriedade ou posse, a cada período de três anos.

Assim, para fins legais, pequeno produtor rural e posses das populações tradicionais, é conceituado segundo entendimento do artigo 3º, I da Lei 11.428/2006.

Pequeno produtor rural: é aquele que deve residir na zona rural, detendo a posse de gleba rural não superior a 50(cinquenta) hectares, explorando-a mediante o trabalho pessoal e de sua família, admitindo a ajuda eventual de terceiros.

Posses das populações tradicionais: são posses coletivas de terra considerando-se a fração individual não superior a 50(cinquenta) hectares, cuja à renda bruta seja proveniente de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais ou do extrativismo rural em 80% (oitenta por cento) no mínimo.

Portanto, é necessário o preenchimento destes requisitos, para que o proprietário/empreendedor possa se beneficiar desta exploração eventual.

Oportuno, porém, dizer que esta exploração, será realizada sobre as formações naturais do Bioma Mata Atlântica, devendo ser feita, de forma preferencial, quanto às espécies pioneiras definidas de acordo com o §2º do artigo 35 do Decreto 6.660/2008, que assim dispõe:

§2º. O Ministério do Meio Ambiente definirá, mediante portaria, as espécies arbóreas pioneiras passíveis de corte, supressão e manejo em fragmentos florestais em estágio médio de regeneração da mata atlântica.

Contudo, o empreendedor não poderá explorar espécies incluídas na lista oficial de espécies ameaçadas de extinção, é o que dispõe o artigo 2º, §5º, do Decreto 6.660/2008:

§5º. Para fins do disposto neste artigo, é vedada a exploração de espécies incluídas na lista oficial de espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção ou constantes de listas dos estados, bem como aquelas constantes de listas de proibição de corte objeto de proteção por atos normativos dos entes federativos.

Esta lista oficial de espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção, porém apresenta-se na portaria do Ministério do Meio Ambiente de nº 443, de 17 de dezembro de 2014.

Assim sendo, diante de tão grande amparo da normatização ambiental, é notável que o Poder Público, cumpriu devidamente com o seu dever, para preservar e proteger o meio ambiente, bem de uso comum do povo, para as presentes e futuras gerações, o que caracteriza, portanto, o cumprimento do princípio da natureza pública da proteção ambiental.

Leciona José Afonso da Silva, que normas são;

(...) preceitos que tutelam situações subjetivas de vantagem ou de vínculo, ou seja reconhecem, por um lado, a pessoas ou a entidades a faculdade de realizar certos interesses por ato próprio ou exigindo ação ou abstenção de outrem, e por outro lado, vinculam pessoas ou entidades à obrigação de submeter-se às exigências de realizar uma prestação, ação ou abstenção em favor de outrem.(2014, p. 93)

Assim, pode-se entender que essa norma possibilita a conciliação entre a preservação do meio ambiente e a utilização de seus recursos naturais, amparando e garantindo o direito ao proprietário/empreendedor, de ter um acesso adequado a estes recursos e compatível com a proteção almejada para o Bioma.

3. INSEGURANÇA JURÍDICA NA APLICAÇÃO DA NORMA E RISCO DE RESPONSABILIZAÇÃO DO PROPRIETÁRIO RURAL.

Embora o Poder Público, tenha cumprido devidamente com o princípio da natureza pública da proteção ambiental, o artigo 2º do Decreto 6.660/2008, é causa de insegurança jurídica, quanto ao momento de sua aplicação. Assim sendo, oportuno dizer, que a lei se adequa em alguns pontos, mas não em toda a sua dimensão.

A insegurança jurídica mencionada pode ser observada na prática a partir do momento em que a fiscalização venha exercer o seu poder de polícia. Percebe-se, assim, então, que a norma pode gerar dúvida no momento de sua aplicação no caso concreto, possibilitando a ocorrência de erro e conseqüentemente de penalização indevida do proprietário com a lavratura de auto de infração.

Isto porque não há um mecanismo que permita ao proprietário demonstrar que está promovendo a exploração ou efetivando a utilização do recurso, dentro dos limites legais.

Evidentemente é observado que a norma é clara, quando dispõe em seu artigo 2º do Decreto 6.660/2008 que:

Art.2º. A exploração eventual, sem propósito comercial direto ou indireto, de espécies da flora nativa provenientes de formação naturais, para consumo nas propriedades rurais, posses das populações tradicionais ou de pequenos produtores rurais, de que trata o art.9º da lei nº11.428/2006, independe de autorização dos órgãos competentes.

Portanto, permite, de forma expressa, que não será necessário a autorização de órgãos ambientais competentes para que o empreendedor possa realizar a exploração eventual. Assim, a conclusão a que se chega, é que no momento em que o empreendedor necessite do recurso ambiental, óbvio cumprindo com os requisitos da lei, este então poderá a vir a realizar tal exploração.

Porém percebe-se que a lei pode constituir em uma armadilha podendo vitimar o empreendedor, possibilitando ao mesmo um risco de responsabilização administrativa.

Ora, se o proprietário não tem como comprovar que está agindo de acordo com os objetivos traçados na lei e nas balizas que foram fixadas por ela, certamente poderá lhe ser imputada uma conduta ilícita.

Leciona José Afonso da Silva o seguinte conceito de responsabilidade administrativa:

A responsabilidade administrativa resulta de infração a normas administrativas sujeitando-se o infrator a uma sanção de natureza também administrativa: advertência, multa, interdição de atividade, suspensão de benefícios, etc. A responsabilidade administrativa fundamenta-se na capacidade que tem as pessoas jurídicas de direito Público de impor condutas aos administrados. Esse poder administrativo é inerente à Administração de todas as entidades estatais – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – nos limites das respectivas competências institucionais. (apud Fernanda Luiza Fontoura de Medeiros, Marcelo Hugo da Rocha. 2009, p.108)

Em mesma linha, compreende Ricardo Carneiro, que:

A responsabilidade administrativa envolve a idéia de aplicação de uma penalidade por um órgão integrante da Administração Pública, pertencente ao Poder Executivo, desviando-se exatamente aqui da responsabilidade de natureza penal, necessariamente a cargo do Poder Judiciário. (apud Fernanda Luiza Fontoura de Medeiros, Marcelo Hugo da Rocha. 2009, p. 107)

Claramente, é de se notar que este proprietário/empreendedor poderá ser responsabilizado por causar um dano ambiental ou uma conduta ilícita. É o que dispõe o artigo 225,§3º da Constituição da República Federativa do Brasil.

§3º. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Da mesma forma, compreende o artigo 70 da Lei 9.605/1998, onde assim dispõe:

Art.70. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

A partir do momento que é lavrado o auto de infração, já não se pode mais falar em risco, e sim em uma atribuição de responsabilidade indevida ao pequeno produtor rural ou posseiro, pois o fato é típico, jurídico e voluntário.

4. RISCO DE UMA POSSÍVEL VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DO PROPRIETÁRIO RURAL.

4.1Direito a função sócio ambiental da propriedade.

Segundo Guilherme José Purvin de Figueiredo, o princípio da função social da propriedade,

Trata-se de um megaprincípio voltado à consecução da finalidade última de toda ordem jurídica democrática: a valorização da dignidade humana, que, no plano da normativa ambiental, é alcançada por regras que propiciem a vida com saúde e um meio ambiente natural e cultural que permita o desenvolvimento das potencialidades criativas do ser humano. (2010, p. 125).

Já Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, direciona a aplicação do princípio da função social da propriedade em sua dimensão ambiental, onde este “representa muito mais que um bem patrimonial, tratando-se, em verdade, de um bem de produção. A propriedade rural deve atingir um fim social e econômico, sob pena de não ser cumprida sua função social”. (2003, p. 54).

No entanto, Fernanda Luiza Fontoura de Medeiro e Marcelo Hugo da Rocha, entende que “cabe ao proprietário atender a função social de seu imóvel, seja urbano, seja rural, preservando os recursos naturais que estão presentes ou incorporados nele, bem como utilizar a propriedade de maneira que não prejudique o meio ambiente”. (2009, p. 45).

Consequentemente, é perceptível a possibilidade de risco a violação a este princípio, por consequência da insegurança jurídica gerada pela norma.

4.2 Direito a liberdade de ação e legalidade.

Ademais, José Afonso da Silva, afirma que a liberdade de ação e legalidade,

decorre do artigo 5º, II da constituição, segundo o qual ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei. É um modo de dizer diferente daquele de Montesquieu. Para este, a liberdade consistiria no direito de fazer tudo o que as leis permitissem. O texto constitucional supra, ao contrario, prevê a liberdade de fazer, a liberdade de atuar ou liberdade de agir, como princípio. Vale dizer, o princípio é o de que todos têm a liberdade de fazer e de não fazer o que bem entender, salvo quando a lei determine em contrário”. (2014, p. 237).

Entendimento que assim expressa a possível violação a este direito do proprietário, que portanto somente está se valendo do que prevê expressamente a norma, que lhe garante o direito à utilização do recurso ambiental.

4.3 Direito a propriedade.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, vem garantir a todos e inclusive ao pequeno produtor rural e ao posseiro, o direito de propriedade, segundo o artigo 5º, XXII.

Ensina Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosendal que, “a propriedade é um direito complexo, que se instrumentaliza pelo domínio, possibilitando ao seu titular o exercício de um feixe de atributos consubstanciados nas faculdades de usar, gozar, dispor e reivindicar a coisa que lhe serve de objeto”. (2006, p.178).

Assim, o Código Civil em seu artigo 1.228, leciona que o proprietário tem o direito de usar, gozar e dispor da coisa.

Porém, o mesmo artigo 1.228 do Código Civil em seu §1º, prevê que:

§1º. O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

Deste modo, entende-se que o empreendedor, quando estando em conformidade com o estabelecido em lei, poderá usar do recurso florestal de sua propriedade, assim utilizando a madeira a destino de lenha e benfeitorias, na pequena propriedade rural ou posse, pois a

propriedade compreende tanto a sua pequena propriedade rural ou posse, quanto o recurso florestal que esta sobre ela.

4.4 Do direito a dignidade da pessoa humana.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, trás como um princípio fundamental a dignidade da pessoa humana, segundo o artigo 1º III. “Com efeito, a própria declaração universal dos direitos do homem indica que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direito”. (ARAÚJO, Luiz Alberto David; JUNIOR, Vidal Serrano Nunes. 2005, p. 95).

Leciona Pe. Laércio Dias de Moura que;

Cada ser humano tem, pois, um lugar na sociedade humana. Um lugar que lhe é garantido pelo direito, que é a força organizadora da sociedade. Como sujeito de direitos ele não pode ser excluído da sociedade e como sujeito de obrigações ele não pode prescindir de sua pertinência à sociedade, na qual é chamado a exercer um papel positivo.(apud ARAÚJO, Luiz Alberto David; JUNIOR, Vidal Serrano Nunes. 2005, p. 95)

Pode-se concluir que o risco de violação aos direitos do empreendedor, se configura quando a policia ambiental ainda não lavrou o auto de infração. A partir do momento que é lavrado o auto de infração, já não se pode mais falar em risco, e sim em uma efetiva violação aos direitos do proprietário.

CONCLUSÃO

Percebe-se, portanto, que o poder público cumpriu com o que foi determinado na Carta Magna, nos termos do artigo 225,§ 4º ao elaborar norma específica para o Bioma Mata Atlântica, atendendo ao princípio da natureza pública da proteção ambiental, visando assegurar todos os direitos inerentes ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial a uma sadia qualidade de vida, para as presentes e futuras gerações.

Mas, mesmo diante do efetivo cumprimento da elaboração da norma ambiental, o artigo 2º da lei nº 6.660/2008, que passou a regulamentar o artigo 9º da Lei 11.428/2006, quando aplicado gera uma insegurança jurídica, possibilitando risco de violação ao princípio da função sócio ambiental da propriedade, e risco de uma responsabilidade administrativa

ambiental ao empreendedor, gerando ainda uma possibilidade de risco a violação dos direitos do mesmo.

Fica claro então, que a problemática é ensejada em decorrência da falta de previsão de um mecanismo para sua segura e correta aplicação. Sendo assim, somente a partir do momento que a lei seja reformulada, neste aspecto, é que os órgãos de fiscalização ambiental, portanto, poderão ter critérios adequados para sua aplicação, assistindo assim as populações tradicionais e os pequenos produtores rurais no manejo e exploração sustentáveis das espécies da flora nativa, conseqüentemente garantindo os direitos do empreendedor, promovendo ao final o bom desenvolvimento do princípio da função sócio ambiental da propriedade.

Por fim, a solução que se propõe, é que seja acrescido um sexto parágrafo no artigo 2º do Decreto Federal nº 6.660/2008, com a seguinte redação:

§6º Não dependerá de autorização dos órgãos competentes, o que trata o art. 2º caput, para obtenção da exploração eventual, ficando o proprietário rural e posseiro para este fim, ter que realizar prévio preenchimento de cadastro anual, contendo no mínimo as seguintes informações:

I- dados do proprietário ou possuidor;

II- dados da propriedade ou posse, incluindo cópia da matrícula do imóvel no Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis, ou comprovante de posse;

III- localização com a indicação das coordenadas geográficas dos vértices da área a ser cortada ou suprimida;

IV- estima do volume do produto florestal a ser obtido pelo corte ou supressão;

V- justificativa demonstrando para qual se destinará o produto florestal.

Dessarte, esta será a forma mais viável para se poder solucionar a problemática em questão, o que permitirá ao pequeno produtor rural e posseiro cumprir com a função sócio ambiental na propriedade, desenvolvendo-se de forma sustentavelmente correta perante a salva-guarda da biodiversidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO, Luiz Alberto David; JUNIOR, Vidal Serrano Nunes. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulga novo texto Constitucional. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>> Acesso em 12 de set. 2015.

_____. Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008. Promulga dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõem sobre a utilização e proteção da vegetação

nativa do Bioma Mata Atlântica. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>> Acesso em 12 de set. 2015.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Promulga a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>> Acesso em 15 de set. 2015.

_____. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Promulga Lei de crimes Ambientais, Lei da natureza. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>> Acesso em 15 de set. 2015.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>> Acesso em 15 de nov. 2015.

_____. Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Promulga sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>> Acesso em 12 de set. 2015.

_____. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Promulga sobre a proteção da vegetação nativa. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>> Acesso em 16 de nov. 2015.

_____. Portaria nº443, de 17 de dezembro de 2014. Promulga a Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçados de Extinção. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>> Acesso em 18 de nov. 2015.

CASTRO, Nicolao Dino; NETO, Costa. **Proteção Jurídica do Meio Ambiente**. Belo Horizonte. Del Rey, 2003.

CÉSPEDES, Livia; CURIA, Luiz Roberto; NICOLETTI, Juliana. **Vade Mecum Saraiva**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Direitos Reais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

FIGUEIREDO, Guilherme Jose Purvin de. **A propriedade no direito ambiental**. 4. ed. São Paulo: revista dos tribunais, 2010.

MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; ROCHA, Marcelo Hugo da. **Como se preparar para o exame da ordem, 1º fase: ambiental**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: método, 2009.

SILVA, Jose Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 37. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.